



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

PROCESSO Nº 24865/2006 (2 volumes; apenso o de nº 60.007.998/2000-GDF)

RELATORA: Conselheira Anilcéia Luzia Machado

PARECER Nº 1140/2012–MF

EMENTA: Admissão de pessoal. Secretaria de Saúde do DF. Exame de legalidade, para fins de registro, nos termos da Resolução-TCDF nº 100/98. Ilícitude declarada pela origem de acumulação de cargos de Médico, na especialidade Radiologia. Diligência. Não cumprimento. Ação ajuizada pelo interessado. Ausência de amparo judicial. Reiteração da diligência. Demanda novamente descumprida. Renovação. Análise dos desdobramentos. Instrução cogitando novo entendimento sobre o caso pendente, a teor da independência das instâncias, e a legalidade da admissão. Cota divergente do Diretor da Divisão de Atos de Admissão, acolhida pelo Secretário de Fiscalização de Pessoal. Parecer do MP convergente com essa última manifestação.

Retornam ao Ministério Público estes autos, que cuidam do exame da documentação constante do processo apenso, referente a admissões ocorridas na Secretaria de Saúde, para os cargos de Assistente Superior de Saúde (especialidades: Enfermeiro e Nutricionista), de Assistente Intermediário de Saúde (diversas especialidades) e de Médico (especialidade: Radiologia), nos termos da Resolução-TCDF nº 100/98.

2. No momento, apreciam-se providências porventura adotadas em relação ao item II da Decisão nº 3.509/2010, última nos autos, assim vazado:

“(...) II - determinar à Secretaria de Estado de Saúde que cumpra, no prazo de 30 (trinta) dias, a determinação de que trata o item IV da Decisão nº 574/2008, reiterada pela de nº 5362/2008 e pela Decisão do Presidente nº 202/2008-P/AT, no sentido de encaminhar ao TCDF comprovantes das medidas adotadas concernentes à opção por um dos cargos acumulados pelo servidor Thomaz Antonio Gutschow Palhas, admitido em decorrência do concurso público regulado pelo Edital nº 11/99 - FHDF, para o cargo de Assistente Superior de Saúde - Médico, na especialidade Radiologia, tendo em vista que a sentença proferida no Mandado de Segurança nº 2007.01.1.059151-5 não lhe foi favorável e os recursos por ele interpostos não tiveram efeito suspensivo, e que, embora não tenha havido o trânsito em julgado no citado "mandamus", a atual situação do servidor padece de amparo judicial, não impedindo, nessas condições, a adoção das medidas reguladoras cabíveis; (...).”

3. O Auditor que instruiu o feito noticia, de início, que a SES reportou não ter adotado medidas efetivas para cessar a acumulação indevida, uma vez que o caso permaneceria *sub judice*, aguardando solução pelo e. STJ, em sede de recurso especial manejado pelo servidor.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

4. Não obstante, houve por bem adentrar no mérito da acumulação adversada, com arrimo no princípio da independência das instâncias, considerando, mais, não ter ocorrido o trânsito em julgado da referida ação.

5. Em apertada síntese, após discorrer sobre as normas afetas à matéria, concluiu que a Lei nº 1.234/50, base legal utilizada pela Comissão de Acumulação de Cargos da SES para determinar a ilicitude da acumulação das atividades radiológicas incorrida pelo servidor, não poderia ser tomada como *“norma regulamentadora da profissão de médico em radiologia, quando se trata apenas de Lei concessiva de direito, a qual não pode ser interpretada em prejuízo do direito constitucional de acumulação de cargos privativos de médico”*.

6. Colacionou jurisprudência que se alinha com esse entendimento, mas também em sentido contrário, ou seja, pela impossibilidade da acumulação de dois cargos de profissionais de radiologia, uma vez que constituiria afronta ao direito indisponível à saúde, albergado pelo limite de horas semanais estabelecido em legislação especial (24 horas – Leis nºs 1.234/50, para médico radiologista, e 7.394/85, para técnico em radiologia) a que estão sujeitos esses profissionais.

7. Nesse passo, o ACE encerra sua manifestação, sugerindo: (i) conhecer dos documentos que indica; (ii) considerar a diligência não cumprida, e relevar a falha; (iii) considerar legal, para fins de registro, a admissão de Thomaz Antonio Gutschow Palhas, no cargo de Médico, Especialidade: Radiologia, oriunda do concurso público regulado pelo Edital nº 11/99-FHDF, publicado no DODF de 12.07.1999; e (iv) autorizar o retorno dos autos à Sefipe para fins de arquivamento.

8. Em cota divergente, acolhida pelo nobre titular da Sefipe, o Sr. Diretor da Divisão de Atos de Admissão manifesta-se *“pela reiteração à Secretaria de Saúde dos termos do item II da Decisão nº 3509/10, alertando a jurisdicionada para a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 57 da Lei Complementar nº 1/94”*, aduzindo para tanto os seguintes argumentos:

- o parecer da Comissão de Acumulação de Cargos da SES já foi apreciado pela Corte, quando do cumprimento da diligência constante da Decisão nº 5282/06 (fls. 22 a 24);
- é correta a base legal utilizada pela Comissão de Acumulação de Cargos da SES, pois a Lei federal nº 1.234/50 se aplica aos servidores distritais, tendo em vista que somente após a autonomia conquistada pelo Distrito Federal, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve necessidade de edição de lei recepcionadora no DF, sob pena de haver um indesejável vácuo legislativo. Ou seja, as leis federais então vigentes na esfera federal continuaram vigorando no DF até que seja necessário substituí-las;
- a acumulação de cargos do servidor está sendo apreciada no TJDF e, até o momento, as decisões lhes são desfavoráveis, estando a respectiva ação judicial no aguardo de análise, pelo Superior Tribunal de Justiça-STJ, de recurso especial interposto por Thomaz Antonio Gutschow Palhas;



**Ministério Público do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

- independentemente do entendimento do STJ, a limitação dos termos da Lei federal nº 1.234/50 se aplica ao servidor, pois a acumulação de que se trata é de um cargo distrital e outro na esfera federal;
- a aprovação da proposta de legalidade da admissão do servidor pelo TCDF poderá causar transtornos à jurisdição, na medida em que a ação judicial interposta junto ao TJDF não aprova tal desiderato e caminha para o desfecho desfavorável ao impetrante.

9. Os autos, assim, vieram ao Ministério Público, que, de pronto, acompanha a cota oferecida pelo nobre Diretor. Malgrado não esteja pacífica a matéria no âmbito do Judiciário, perfilha este órgão ministerial juízo refratário à hipótese de acumulação de cargos de profissionais de saúde da área radiológica, com arrimo no princípio da dignidade da pessoa humana e sob entendimento de que as normas constitucionais devem ser interpretadas de forma a não anular a efetividade de outras normas de idêntica estatuta.

10. A fixação da jornada de trabalho desses profissionais em patamar reduzido (24 horas semanais), conforme os diplomas legais que regem a profissão, deu-se em face da inerente nocividade à saúde daqueles que atuam na atividade em tela. Portanto, seria ilógico aproveitar-se de tal redução de jornada, que só objetivou resguardar a integridade física do servidor não o expondo a excessivas cargas de radiação, para acumular um outro cargo que se tenha presente igual situação.

11. A propósito, com vistas a evitar consequências possivelmente danosas da superação da carga horária determinada em lei, esta Corte de Contas encaminhou orientação à SES/DF, a teor da Decisão nº 6.376/2011, exarada em caso concreto de análise de aposentadoria, no sentido “*de que, em futuras admissões para o cargo de Técnico de Saúde – Técnico em Radiologia, verifique se o servidor não acumula outro cargo em serviços de radiologia, tendo em vista o impedimento previsto na Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, em cujo artigo 14 dispõe que a jornada de trabalho dos profissionais abrangidos por esta lei será de no máximo 24 (vinte e quatro) horas semanais*”.

12. Apesar de adotado em face de acumulação de cargo de nível médio, não se vislumbra motivo para deixar de estender o sobredito entendimento ao profissional médico de mesma especialidade, como no caso remanescente sob exame, a teor do conhecido brocardo “*ubi eadem ratio, ibi eadem jus*” (onde há a mesma razão, aplica-se o mesmo direito).

13. Ante o exposto, acorde com as razões diligentemente expostas pelo nobre Diretor da DIADM, opina o *Parquet* pelo acolhimento das sugestões alinhavadas à fl. 315.

É o parecer.

Brasília, 7 de agosto de 2012.

Márcia Farias



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

Procuradora

[e-DOC 122011E8](#)

MPC/DF

Fl.: 319

Proc.:
24865/06

Rubrica